

# CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.  
E se mais mundo houvera, lá chegara.  
CAMÕES, e, VII e 14.

**Diretor-Geral**  
Paulo Cabral de Araújo

**Diretor-Superintendente**  
Edilson Cid Varela

**Diretor-Responsável**  
Ari Cunha

**Editor-Geral**  
Ronaldo Martins Junqueira

**Gerente-Geral**  
Alberto de Sá Filho

**Gerente Financeiro**  
Evaristo de Oliveira

**Gerente Técnico**  
Ari Lopes Cunha

**Gerente Comercial**  
Maurício Dinepi

## Obrigações irrenunciáveis

E certamente impossível segurar a expansão dos preços por meio de controles meramente administrativos, como a fiscalização nos terminais de venda ao consumidor final. Resultante de desequilíbrios estruturais, em grande parte provocados pela ação perdulária do Estado, nos campos interno e externo, a inflação não será dominada enquanto não for possível controlá-los. Sabe-se que o atual Governo, minado em sua autoridade por carecer do suporte político e estar em final de gestão, priva-se de condições essenciais para adotar e a executar uma política econômica de largo espectro, capaz de repor a ordem no País.

As ações de fôlego já estão, desde agora, reservadas ao futuro Presidente da República, a ser eleito pelas urnas de 15 de novembro. Nenhuma circunstância, porém, poderá inibir os passos da administração ainda no sentido de caminhar, com firmeza e serenidade, no rumo de táticas conjunturais, eleitas entre aquelas mais eficazes para manter a situação em equilíbrio.

Se, ao governo findante, não sobra energia política nem tempo para reduzir aos prismas adequados o déficit público, uma das causas notórias do crescimento anômalo dos preços, nada o impede de sustentar medidas para mantê-lo pelo menos nos níveis atuais. Aliás, convém admitir que, nas presentes circunstâncias, a manutenção da taxa inflacionária ao redor de trinta por cento é uma meta conveniente. Gravíssimo seria deixá-la evoluir, como sugere um certo afrouxamento nos controles ortodoxos, na direção dos patamares hiperin-

flacionários.

Se, no ocaso de seu prestígio internacional, falecem ao atual Governo os pressupostos de credibilidade para o encaminhamento de um acordo abrangente sobre a dívida externa, nenhum obstáculo o inibe de procurar um ajuste conjuntural. Com uma parcela de 2,8 bilhões de dólares a vencer-se já agora em setembro, a dívida precisa ser objeto de um entendimento de curto prazo, com o propósito de mantê-la em compasso de espera até a posse da nova gestão governamental.

Ao período presidencial em vias de esgotamento não será aconselhável, isto sim, salta sobre o vácuo político por meio de providências só viáveis se tomadas no âmbito de programas a longo prazo. Tais iniciativas deverão ser transferidas às forças políticas que, com a eleição do futuro Presidente, vierem a ser postas no controle do poder. O objetivo central a ser agora perseguido é o de conduzir o País por trilhas livres de turbulências, a fim de que a transição possa consumir-se dentro dos pressupostos da ordem democrática.

Insista-se, todavia, em que a experiência administrativa em curso não está autorizada a renunciar às suas obrigações operacionais, sob a alegação de que já não há flama para entusiasmar o funcionamento do organismo burocrático. O Brasil precisa chegar à rotação no poder com as suas instituições em pleno funcionamento, ainda que nos limites já desenhados no horizonte próximo. As preocupações devem centrar-se, sobretudo, nos mecanismos de controle inflacionário.